

Podemos escrever a história da Revolução Russa?

Kevin Murphy

Professor da Universidade de Massachusetts (Boston, Estados Unidos)

Texto originalmente apresentado como “Isaac e Tâmara Deutscher Memorial Prize Lecture”, em Londres, novembro de 2006. Kevin Murphy foi premiado por seu livro *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in a Moscow Metal Factory*. Esse texto foi publicado primeiramente na revista *Historical Materialism* (v. 15, n. 2, 2007) e republicado em *International Socialism*. (n. 116, 2007) versão na qual esta tradução foi baseada. Publicado com a permissão dos editores da revista *Historical Materialism*. Tradução de Sean Purdy, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Pode-se escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm

Resumo: Dez anos atrás, Eric Hobsbawm apresentou sua Deutscher Lecture sobre “Pode-se escrever a história da Revolução Russa?” Este artigo discute que Hobsbawm articulou uma perspectiva sobre a Revolução que foi compartilhada por uma audiência muito mais ampla na Esquerda após a queda da União Soviética e que muitos desses argumentos continuam a ter ressonância hoje em dia. Colocando o marco da discussão historiográfica da Revolução Russa em um contexto político mais amplo, discuto que Hobsbawm subestimou a extensão em que os critérios acadêmicos padrão marginalizaram de forma intencional as interpretações marxistas. A própria ambivalência de Hobsbawm com relação à Revolução de Outubro e sua falta de clareza sobre as origens do Stalinismo não se confirmam com os últimos dados de pesquisas empíricas e concedem muito espaço aos anti-Marxistas. Em vez de refutar os clássicos do Marxismo, as novas evidências dos arquivos da ex-União Soviética de fato lhes fornecem apoio substancial.

Palavras chave: Revolução Russa; Trabalhadores; Historiografia; Trotsky; Deutscher

Can We Write the History of the Russian Revolution? A Belated Response to Eric Hobsbawm

Abstract: Ten years ago, Eric Hobsbawm presented his Deutscher Lecture on ‘Can We Write the History of the Russian Revolution?’ This essay argues that Hobsbawm articulated a perspective on the Russian Revolution that was shared by a much wider audience on the Left after the fall of the Soviet Union and that many of these arguments continue to resonate today. Placing the contours of the historiographical discussion of the Russian Revolution within a broader political context, I argue that Hobsbawm has underestimated the extent to which the standard academic accounts intentionally have marginalised Marxist interpretations. Hobsbawm’s own ambivalence toward the October Revolution and his lack of clarity on the origins of Stalinism are not supported by the latest empirical research and concede much ground to anti-Marxists. Rather than refuting the Marxist classics, new evidence from the archives of the former Soviet Union actually offers substantial support.

Keywords: Russian Revolution; Workers; Historiography; Trotsky; Deutscher

Dez anos atrás, Eric Hobsbawm apresentou sua “Deutscher Prize Lecture” com o título “Podemos Escrever a História da Revolução Russa?” (1997). Marxista há longo tempo e autor de uma série inovadora sobre o desenvolvimento capitalista no século XIX, suas credenciais como proeminente historiador marxista de nossa época são inigualáveis (ver HOBBSAWM, 1962, 1975, 1987). No encalço do colapso da União Soviética, um balanço sobre o movimento social definitivo do século XX era bem apropriado.

Como argumentarei hoje à noite, porém, algumas das opiniões que ele articulou não são convincentes. O objetivo aqui não é nos concentrarmos em Hobsbawm como historiador, mas reexaminarmos uma série de proposições que, acredito, refletiram uma perspectiva inconsistente formada depois da queda da União Soviética por um público de esquerda muito mais amplo. De fato, muitos desses argumentos ainda ressoam hoje. Dado que os arquivos da ex-União Soviética foram abertos há 16 anos, gostaria de me dirigir a algumas das questões levantadas por Hobsbawm para contextualizar essa discussão a respeito das tendências historiográficas sobre a Revolução Russa e também para promover sem vergonha a minha própria obra.

Na introdução da sua discussão sobre a Revolução Russa, Hobsbawm apresenta vários argumentos com os quais todos podem concordar. Primeiro, sua homenagem à trilogia sobre Trotsky de Isaac Deutscher imediatamente responde à pergunta do seu título: sim, é possível escrever a história da Revolução Russa, embora uma história *definitiva* sobre um assunto tão politicamente controverso seja, como Hobsbawm sugere, muito problemática (HOBBSAWM, 1997, p. 241). Eu acrescentaria que outras obras clássicas marxistas sobre

a Revolução Russa também não podem ficar ser menção. Como uma síntese das forças de classe envolvidas em 1917, a obra prima épica de Leon Trotsky, *A História da Revolução Russa*, permanece insuperada (1932). *O Ano Um da Revolução Russa* de Victor Serge ainda é a obra definitiva sobre o imediato ataque contra-revolucionário contra o poder soviético (1992). Se quisermos entender a Revolução Russa no contexto europeu mais amplo devemos incluir o impressionante estudo sobre a Revolução Alemã de Pierre Broué (2006). Os escritos de Ernest Mandel sobre Trotsky e o Stalinismo, e as obras de Tony Cliff sobre Lenine, Trotsky e o caráter de classe do sistema soviético ainda permanecem leituras essenciais para qualquer estudante da revolução (MANDEL, 1978, 1979 e 1995 e CLIFF, 1955, 1975, 1976, 1978, 1979, 1989, 1990, 1991 e 1993).

ria na Rússia é obviamente muito mais longa do que isso, mas meu objetivo aqui é enfatizar que nós não estamos começando do zero. Apoiamo-nos sobre os ombros de uma tradição muito rica que, na minha opinião, apesar de 16 anos de acesso aos arquivos, ainda não foi superada pela academia. Com o devido respeito a Eric Hobsbawm, também sugeriria que se ele estivesse mais familiarizado com essa tradição teria feito menos concessões à renovada hostilidade à Revolução Russa que novamente permeia a historiografia.

Segundo, Hobsbawm argumentou que a abertura dos arquivos da ex-União Soviética deveria refundar nosso entendimento da sociedade soviética. “Muito do que realmente aconteceu agora pode ser conhecido”, pois informações “anteriormente escondidas atrás das portas trancadas dos arquivos e das barricadas de mentiras oficiais e mentirinhas” estão finalmente disponíveis. Ele logicamente afirma que quando “dados melhores ou mais completos estiverem disponíveis, eles devem substituir o lugar dos dados incompletos ou inconclusivos” (1997, p. 242). Infelizmente, esta questão é muito mais complicada com um tema da magnitude da Revolução Rússia. Como argumentarei hoje à noite, se fosse simplesmente

uma questão de fontes, a interpretação padrão da Revolução Russa estaria avançando pela esquerda, em direção à interpretação marxista clássica, mas, ao invés disso, vemos exatamente o oposto: uma historiografia girando em direção à direita e à renovação de velhos argumentos que freqüentemente contradizem as próprias fontes nas quais estão fundamentados.

Os defeitos da interpretação acadêmica dominante sobre a Revolução Russa no último meio século, aproximadamente, nunca foram devidos primeiramente à falta de acesso às fontes; muito mais importante tem sido a questão da perspectiva política. Revoluções inevitavelmente invocam partidarismo. Trotsky conhecidamente ridicularizou historiadores que fingiam ser neutros “escalando a parede que dividia dois campos” (TROTSKY, 1932, p. xxi). Hobsbawm, por outro lado, argumenta: “É evidente que demorará muito tempo para que as paixões dos que escrevem a história da União Soviética esfriem até a temperatura dos que atualmente escrevem a história da Reforma Protestante” (1997, p. 242). Esta analogia com a Reforma me parece errada. Aqui Hobsbawm subestimou as forças motrizes por trás das interpretações acadêmicas tradicionais da Revolução Russa e a extensão na qual a interpretação marxista, de modo extremamente deliberado tem sido marginalizada.

tados Unidos como resultado da Guerra Fria, e tinham muito em comum com sua contraparte promovida do Estado soviético. A *Office of Strategic Services* (OSS, a predecessor da Central Intelligence Agency, a CIA) ajudou a montar as principais instituições acadêmicas de pesquisa. No intuito de construir um passado útil, vários estudiosos simplesmente transferiram o paradigma totalitário que havia sido popularizado na confrontação com o regime nazista para seu ex-aliado e novo adversário, a União Soviética (NOVICK, 1988, p. 281-319). O conhecimento ocidental sobre a União Soviética durante a Guerra Fria foi dominado pelo que Stephen Cohen apropriadamente chamou a “tese de continuida-

de”, que postulou uma evolução natural e direta da prática organizacional dos primeiros bolcheviques aos gulags, os campos de trabalho forçado. Esses relatos tipicamente começam por expor *O que fazer?* de Lenin como um projeto ditatorial embrionário completamente desenvolvido muito antes da revolução. Daí foi um passo curto à afirmação de que uma minoria conspiratória de bolcheviques tomou poder em 1917 por meio de um golpe de Estado, monopolizou o poder estatal para seu próprio benefício e por meio da força bruta e do recurso ao terror, criou o partido-Estado totalitário (COHEN, 1985).

É claro que essa versão de manual da “tese de continuidade” característica da Guerra Fria, segundo a qual Stalin teria resultado de Lenin, foi contestada. Os movimentos sociais dos anos 1960 inspiraram uma geração de historiadores em estudar a história “de baixo para cima”, buscando reconstruir as ações e aspirações daqueles outrora esquecidos. Em nenhum outro campo historiográfico essa nova história social produziu uma revisão tão completa do que no terreno dos estudos sobre a Rússia. No decurso de uma década, um grupo talentoso de historiadores comprovou sem lugar a dúvidas o que muitos marxistas haviam acreditado durante muito tempo: que a transferência de poder aos soviets em 1917 foi a culminação de uma rebelião massiva e popular. Os trabalhos audaciosos de historiadores sociais da Revolução, como Alexander Rabinowitch e Steve Smith, não só desafiaram, mas no fim das contas, desbancaram a escola “totalitária” (RABINOWITCH, 1976 e SMITH, 1983).

Trabalhos historiográficos ocidentais que desafiaram a interpretação da sociedade soviética no período *pós-revolucionário* típica da Guerra Fria, contudo, foram mais especulativos e problemáticos por duas razões. Primeiro, fontes primárias que foram disponibilizadas durante o período revolucionário permaneceram em grande parte inacessíveis ao longo do período soviético. Segundo, alguns estudiosos aceitaram a perspectiva ideológica dualista im-

posta pela Guerra Fria. Parcialmente influenciados pelo stalinismo nas suas diferentes encarnações, mas também na condição de uma resposta simplificadora à propaganda historiográfica ocidental, esses estudiosos exageraram na outra direção, fazendo absurdas declarações sem evidência sobre as raízes populares do stalinismo. Quaisquer que sejam as deficiências que esses acadêmicos exibiram como historiadores, eles foram muito habilidosos no *marketing* dos seus trabalhos. A noção de que o stalinismo conseguiu atrair um considerável apoio da classe trabalhadora tornou-se, como um especialista em relações industriais afirmou há uma década, “uma visão cada vez mais aceita” (SHEARER, 1996, p. 14).

Vários fatores que moldaram o estudo acadêmico da Revolução Russa desde a queda da União Soviética comprometeram as vantagens decorrentes do acesso inédito aos arquivos. Primeiro, o surgimento dos Estados Unidos como o poder mundial preponderante depois da Guerra Fria inevitavelmente encorajou uma mudança pela direita na historiografia como parte de uma tendência política mais ampla. Para muitos estudiosos ocidentais, o colapso da União Soviética atuou como uma espécie de catalisador de um estridente e renovado anticomunismo. Se o clima político da época influenciou a avaliação do evento politicamente mais importante do século XX, como eu acredito que ocorreu então a guinada à direita na política dos Estados Unidos também influenciou a historiografia. Não que conservadores tenham conseguido se reafirmar no campo, mas, o colapso político e moral do liberalismo estadunidense serviu para obscurecer a linha divisória entre especialistas conservadores e liberais acerca da Revolução Russa. Um exemplo: quando o ultraconservador Richard Pipes publicou sua *magnum opus* sobre a revolução no momento em que a União Soviética se desintegrava, o historiador estadunidense Peter Kenez, ao ridicularizar Pipes por suas opiniões “persecutórias” a respeito da Revolução Russa, falava em nome de uma tradição liberal ainda ativa dentro do campo historiográfico (ver PIPES, 1990 e KENEZ,

1991). Uma geração antes, alguns desse liberais até flertaram com marxismo. Agora, contudo, esses liberais lideram a batalha pelo ressurgimento da tese de continuidade.

O outro impacto negativo na historiografia pode ser atribuído à influência difusa do pós-modernismo, que serviu para criar um verniz de sofisticação superficial para trabalhos muito confusos de alguns historiadores. Como eu detalho na introdução ao livro *Revolution and Counterrevolution*, o pós-modernismo também tem encorajado uma abordagem leviana do processo de pesquisa ao invés de uma análise sistemática e compreensiva das fontes (MURPHY, 2005, p. 2-4). Em resumo, o que deveria ser um tempo excitante para o avanço de conhecimento acadêmico sobre a Revolução Russa foi em grande parte desperdiçado. A desafortunada tentativa de condenar e a perseguir a Revolução Rússia tem se reafirmado no campo historiográfico nos últimos dezesseis anos. Porém, o que é marcante em estudos como *A People's Tragedy: The Russian Revolution (A Tragédia de um povo: a Revolução Russa)* de Orlando Figes, um livro que Hobsbawm considera excelente, é a escassez de novas evidências utilizadas para apoiar tais argumentos (FIGES, 1996 e HOBBSAWM, 1997, p. 250).

Talvez, nenhum livro destaque as falhas fundamentais nos estudos ocidentais da era revolucionária mais do que *Lenin rediscovered: "What is to be Done?" in Context (Lenin redescoberto: contextualizando "O que fazer?")* de Lars Lih. Segundo Lih (2006), a versão padrão de *O que fazer?* apresenta esse livro como o suposto primeira elo na corrente do autoritarismo bolchevique que posteriormente resultou no stalinismo. Tão difundido é esse mito que até George Bush acrescentou-o ao seu repertório alguns meses atrás quando argumentou: "Nos primeiros anos do século XX, um advogado exilado na Europa publicou um panfleto chamado "O que fazer?" no qual ele expôs seu plano de lançar uma revolução comunista na Rússia. O mundo não deu atenção às suas palavras, e pagou um preço terrível" (WASHINGTON POST, 5 set. 2006). Lih sistematicamente

demole a versão padrão sobre *O que fazer?* e comprova que o mais firme campeão da liberdade política no movimento revolucionário russo era justamente V.I. Lenin. Lih comenta sobre a historiografia: “As vezes existe a impressão que a verdadeira divisão dentro do partido era entre a facção dos Indivíduos Decentes e Atraentes versus a facção dos Brutos Fanáticos e Amoraís” (LIH, 2006, p. 439). Quem perseverar em ler esse livro inovador, encontrará uma consistente explicação para o ataque generalizado contra Lenin: os especialistas acadêmicos, uma verdadeira lista dos mais proeminentes pesquisadores da área, nem ao menos leram Lenin sistematicamente na sua pressa por demonizá-lo.

Os historiadores sociais dos anos 1970 e a tradição marxista têm concentrado sua atenção justamente nas revoltas em massa de 1905 e 1917: trabalhadores aprendendo por meio da pedagogia do conflito com seus patrões, os movimentos grevistas, a formação de sovietes, comitês de fábrica, etc. O ponto no qual os marxistas têm discordado com os historiadores sociais é a questão do papel da ação humana. Como John Marot argumentou de uma forma convincente, os historiadores sociais liberais tendem a subestimar o papel dos revolucionários, particularmente os bolcheviques, como parte fundamental dessa radicalização (MAROT, 1994). De fato, agora sabemos que durante o movimento grevista político mais prolongado na história mundial, de 1912 a 1916, todos os protagonistas contemporâneos reconheceram o papel dos revolucionários nas trinta principais ações nesses eventos, como o assassinato dos trabalhadores nas minas de ouro de Lena e a prorrogação do Duma. O que eu descobri é que o papel catalisador de revolucionários determinou não só se fábricas específicas, mas também se seções particulares dentro das fábricas, participaram dessas greves. O argumento para ações industriais políticas tinha que ser ganho no chão da fábrica. Como um relato a Okhrana (a polícia secreta do Czar) exigia: “Procure pelos piores vilões nas fábricas e, posteriormente, estabeleça o tom para os outros”. Os “piores vilões”

eram os operários bolcheviques e, depois de sua prisão, os socialistas revolucionários (MURPHY, 2005, cap. 1).

Mas não devemos ver operários militantes somente como meras vítimas desse movimento inspirador. As forças revolucionárias foram constantemente renovadas apesar de ondas regulares de prisões pela Okhrana e o envio dos militantes ao fronte da guerra. As duras medidas ordenadas pela direção patronal e pela Okhrana na verdade estimulavam a organização sindical – operários elegiam representantes e apresentavam reivindicações conjuntamente para evitar a repressão policial. O que eu também achei interessante nas fabricas metalúrgicas de Moscou é que as várias modalidades de divisão do trabalho baseadas na qualificação, no gênero e na idade, foram superadas no interior desse processo, antes mesmo da revolta de 1917. De fato, o evento que resultou na última confrontação com o industrial, Iulii Guzhon, foi a demanda dos trabalhadores para aumentar os salários mínimos dos aprendizes menos qualificados e das operárias. Isso levou Guzhon, que lucrava muito com a guerra, a ameaçar fechar a fabrica pois a demanda pelo aumento do salário mínimo, conforme seu ponto de vista era: “(...) anti-patriótica e anti-democrática, pois cria uma classe de pessoas privilegiadas que garante seus meios de subsistência às custas de outras camadas da população” (*apud* MURPHY, 2005, cap.2).

Ora, além de um grupo pequeno e declinante de partidários da guerra fria, poucos historiadores estariam dispostos hoje em dia a ignorar as decisivas contribuições dos historiadores sociais. Como Hobsbawm argumenta: “Podemos dizer, sem dúvida, que no outono de 1917 uma radicalização popular enorme, da qual os bolcheviques foram os principais beneficiários, derrubou o governo provisório”, e ele complementa que “A idéia que Outubro foi nada mais de um tipo de golpe conspiratório simplesmente não faz sentido” (1997, p. 244).

Contudo, a própria ambivalência de Hobsbawm expressa-se numa série de questões “contrafactuais”. Nesse sentido, ele está

alinhado com a historiografia contemporânea dominante quando se pergunta: “A Revolução de Outubro poderia ter sido evitada? O que poderia ter acontecido se os bolcheviques tivessem decididos não tomar poder, ou tivessem estado dispostos a liderar uma coalizão ampla com os outros partidos socialistas e revolucionários?” Hobsbawm argumenta, “Que tivesse sido melhor se uma Rússia democrática tivesse surgido da revolução é algo sobre o que a maioria das pessoas concordaria” (1997, p. 242-243, 248-249).

Essa ambivalência acerca de Outubro continua a dominar o campo. Para muitos historiadores, Outubro simplesmente não está à altura daquilo que eles acreditam que deveria ser uma revolução proletária autêntica. Que estridentes historiadores antimarxistas tenham um entendimento nítido sobre o que uma revolução autêntica deveria ser pode parecer estranho; mas vamos supor que seja esse o caso. Se você lesse o fascinante relato de Philip Foner sobre o impacto imediato da Revolução Russa na política estadunidense, você descobriria que, para alguém apenas levemente “de esquerda”, a Revolução Russa representou um maravilhoso clarão formado por esperança e inspiração. Por exemplo, numa enorme manifestação no *Parkview Palace*, em Nova York, 500 trabalhadores apresentaram-se para se alistar na Guarda Vermelha e defender a União Soviética contra a invasão alemã enquanto centenas de operárias jogaram suas jóias no palco em apoio à Revolução (FONER, 1967, p. 82). Mas talvez esses trabalhadores tenham sido enganados. Quando Lloyd George lamentou que “a Europa inteira está cheia do espírito da Revolução” talvez as centenas de milhares de trabalhadores europeus que estavam se juntando aos partidos comunistas deveriam ter sido melhor informados sobre a natureza impura da Revolução Russa (REES, 1997, p. 14). Talvez os especialistas acadêmicos estejam corretos: eles têm um entendimento melhor sobre o que uma revolução autêntica deveria ser e porque a Revolução Russa não está à altura desse entendimento. Mas, é

claro, se fosse esse o caso, eles podem nos iluminar com alguns detalhes desconhecidos sobre Outubro.

Na realidade, nada de novo foi descoberto que tenha sido capaz de desafiar aquilo que já sabíamos, ou que deveríamos saber, acerca de Outubro. Sabemos que 507 dos 670 delegados que chegaram ao Segundo Congresso de Sovietes eram favoráveis a uma transferência do poder aos soviets e que quase todos que saíram do Congresso em protesto eram parte daqueles 163 delegados da minoria contrários desde o início ao poder soviético (RABINOWITCH, 1976, p. 291-292). Contemporaneamente, o argumento sobre o uso da força é uma tentativa de desviar o assunto tanto quanto já o fora em 1917. Nada na história dos socialistas revolucionários de direita ou dos mencheviques, durante ou depois do Segundo Congresso, indica que eles teriam apoiado o poder soviético se os bolcheviques tivessem evitado o uso da força. Obviamente, um duplo padrão é aqui invocado: os mesmos historiadores que se mostram tão perturbados pelo fato dos bolcheviques terem utilizado sua posição dominante no Comitê Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado para derrubar o governo provisório silenciam claramente acerca das maquinações militares dos mencheviques e dos socialistas revolucionários.

Dada a história das estridentes políticas anti-revolucionárias dos partidos liberais ao longo de 1917, Hobsbawm corretamente nega que os kadetes fossem campeões de democracia, notando que até historiadores liberais não conseguem argumentar com muita convicção que uma Rússia democrática e parlamentar era uma possibilidade (1997, p. 246). Isso era a indiscutível verdade dez anos atrás, mas Mark Steinberg, o atual editor da *Slavic Review*, recentemente fez uma tentativa incrível de ressuscitar os kadetes, há muito tempo enterrados, argumentando que os liberais, inspirados por “sonhos políticos nobres e coragem política prática” tentaram “construir uma nova política democrática”. No final das contas, esses esforços democráticos foram frustrados pelo autoritarismo dos leninistas, que “eram pouco conhecidos ou compre-

endidos fora de um círculo pequeno de ativistas” (STEINBERG, 2001, p. 42, 258).

A noção de Hobsbawm sobre a possibilidade “de uma coalizão ampla com outros socialistas” é mais séria, mas no final das contas é uma proposição com falhas. Lenin e os bolcheviques não foram contrários à conciliação com os mencheviques e socialistas revolucionários, mas sobre qual base? Tão degradados estavam os kadetes por causa da sua complacência com a tentativa de golpe de Kornilov que Lenin propôs uma transferência pacífica de poder aos soviets – se os socialistas moderados estivessem dispostos a aprender as lições dos seis meses anteriores e romper com os desacreditados partidos da classe dominante. De fato, o Segundo Congresso dos Sovietes unanimemente votou para formar um tal governo de coalizão dos partidos representados nos Sovietes, mas a minoria de socialistas imediatamente escolheu ignorar a resolução na qual havia votado, denunciou os bolcheviques por ter derrubado o governo provisório, e saiu intempestivamente do congresso. Alexander Rabinowitch argumenta que, durante as discussões de novembro, os mencheviques e os socialistas revolucionários de direita mostraram pouco interesse em chegar a um acordo com o regime bolchevique, ou, como Victor Serge argumenta, eles exigiram a total capitulação dos vitoriosos (1976, p. 96).

Em resumo, a divisão de classes enfatizada nos estudos marxistas clássicos empreendidos por Trotski, Serge e outros é simplesmente ignorada por Hobsbawm, assim como pelos historiadores liberais de hoje. Nos Estados Unidos, um verdadeiro empreendimento acadêmico doméstico continua a perpetuar o mito dos mencheviques e socialistas revolucionários como advogados de democracia socialista. Victor Serge relata que depois de sair do Segundo Congresso dos Sovietes, os socialistas revolucionários de direita e os mencheviques imediatamente se reuniram com os kadetes e os magnatas da indústria para formar o Comitê de Segurança Pública que abertamente apelou às tropas para derrubar o poder

soviético; mas nenhum regimento prestou atenção. Os socialistas revolucionários de direita, chefiados por Abraham Gotz e apoiados pelos mencheviques, tentaram então organizar o fracassado “motim *junker*” por meio de uma aliança indecente de monarquistas, oficiais militares e socialistas contra os soviets. Algumas semanas depois, os socialistas revolucionários de direita ofereceram assistência militar ao chefe cossaco e futuro colaborador nazista Petr Krasnov que estava marchando em direção a Petrogrado. O menchevique Dan mais tarde admitiu que eles tinham esperanças que os bolcheviques fossem “liquidados pela força de armas”. Serge comenta, “Nada é mais trágico nessa conjuntura que o colapso moral dos dois grandes partidos do socialismo democrático” (1992, p. 79-106). Portanto, nenhuma nova fonte mudará o fato de que num dos momentos mais decisivos na história da classe trabalhadora, os mencheviques e os socialistas revolucionários de direita se retiraram da assembleia democrática eleita pelas massas russas para se juntar às forças da reação.

De fato, as táticas inescrupulosas dos socialistas revolucionários de direita e dos mencheviques no final das contas resultaram num governo de coalizão entre os bolcheviques e os socialistas revolucionários de esquerda. O mito da vitória eleitoral dos socialistas revolucionários de direita já poderia ser sido encerrado há muito não fosse pelo papel que ele desempenha na propaganda antibolchevique. Como mostra Oliver Radkey, o historiador da eleição da Assembleia Constituinte, as cédulas de votação favoreceram indevidamente os socialistas revolucionários de direita, que nem foram socialistas nem revolucionários, pois tinham se tornado “kadetes sem admitilo” (1963, p. 469, 301). Além disso, sabemos que, nos três lugares onde os revolucionários de direita e de esquerda se diferenciam, os de esquerda ganharam por uma margem de dois a um na Frota Báltica, nove a um em Kazan e 32 a um em Petrogrado (GUSEY, 1975, p. 336-338). Um estudo recente da província de Saratov mostrou que os camponeses dessa região reclamaram que tinham votado nos

socialistas revolucionários sob coerção e queriam mudar seus votos para os bolcheviques por causa do decreto sobre a terra daquele partido (RALEIGH, 2002, p. 46). Ora, ao menos que se queira acreditar que a classe camponesa, que se rebelava massivamente contra os latifundiários estivesse simultaneamente votando para devolver o poder aos kadetes disfarçados nas roupas dos socialistas revolucionários, a conclusão, parece-me, é inescapável: 25% dos bolcheviques somados ao voto da maioria de esquerda entre os revolucionários socialistas garantiram a maioria do voto popular.

Mas, para Eric Hobsbawm, a Revolução de Outubro foi um erro. Ele pergunta: “O que fez com que os bolcheviques decidissem tomar o poder com um programa obviamente não-realístico de uma revolução socialista?” Mas porquê o programa bolchevique foi “não-realista”? Ele alude ao que chama do “mito” da Revolução Alemã a qual não teria conseguido auxiliar a Revolução Russa como os bolcheviques esperavam. Hobsbawm recorda que “minha geração foi criada acreditando na história da traição da Revolução Alemã de 1918”, mas, segundo ele a “Alemanha não pertencia ao setor revolucionário da Europa (...). A Revolução Alemã de Outubro, ou qualquer coisa semelhante, não era viável e, portanto, não precisou ser traída” (1997, p. 246-248). Acredito que o magnífico estudo de Pierre Broué sobre a Revolução Alemã mais que adequadamente refuta essa noção da Revolução Alemã como “mito”.

Sobre a guerra civil, Hobsbawm concorda com o argumento de Orlando Figes segundo o qual os bolcheviques teriam vencido porque lutaram enganosamente sob a bandeira vermelha em nome dos soviets (1997, p. 250). Infelizmente, Hobsbawm não trata a questão das origens da guerra civil. Para os marxistas, a guerra civil foi uma continuação da guerra de classes que tinha começado em fevereiro. Ao longo de 1917, a ultradireita e os liberais repetidamente declararam que a força bruta era a sua solução para a rebelião. No entanto, a versão padrão acusa os bolcheviques de lutar de modo sujo e afirma que a guerra civil começou com a

tomada do poder pelos soviets ou o fechamento da Assembléia Constituinte em janeiro.

Na minha opinião, a revelação mais importante dos arquivos não foi descoberto na ex-União Soviética, mas sim nos arquivos do presidente Wilson e seus assessores. Mostra o livro de David Foglesong, *America's Secret War Against Bolshevism* (A Guerra Secreta da América contra bolchevismo), que apenas algumas semanas depois da Revolução de Outubro, os Estados Unidos começaram a transferir enormes quantidades de dinheiro para as forças brancas hostis ao poder soviético. Enquanto publicamente declarava que os Estados Unidos estavam promovendo a democracia na Rússia, o secretário de Estado, Robert Lansing, secretamente havia convencido o presidente Wilson de que os esforços de guerra na Frente Oriental necessitavam do estabelecimento de um governo estável por meio de uma “ditadura militar”. Nos anos seguintes, os Estados Unidos transferiram dezenas de milhões de dólares para chefes de guerra cossacos anti-semitas numa tentativa de instalar tal ditadura militar favorável a seus interesses dos Estados Unidos (FOGLESONG, 1995, p. 87, 104).¹ O que precisa ser ressaltado aqui é que os especialistas russos sabem tudo sobre isso – mas eu ainda não vi nenhuma referência em nenhum estudo acadêmico da Revolução Russa que sequer o menciona, mesmo no estudo que se concentra exclusivamente nos cossacos de Don (HOLQUIST, 2002).

Os marxistas devem insistir que a massiva ajuda militar dos Estados Unidos, Inglaterra e França aos exércitos brancos é o ponto de partida para qualquer discussão honesta sobre a degeneração da Revolução Russa. Sem tal apoio, no próprio início do conflito, os exércitos brancos nunca teriam se levantado. Sabemos agora que a alegação de Trotski de que os exércitos brancos haviam sido em grande parte criados pelo imperialismo ocidental estava corretíssima. Com certeza,

¹ Somente de maio a dezembro de 1919, os Estados Unidos providenciaram 16 milhões de dólares em armas e outros materiais aos exércitos brancos.

sabemos que os Estados Unidos, Inglaterra e França também enviaram dezenas de milhares de soldados ao território soviético. Winston Churchill descreveu essas tropas como a “chave” que mantinha todas as forças anti-bolcheviques unidas. Também sabemos que, logo que a assistência ocidental terminou, no fim de 1919, a guerra civil também rapidamente se encerrou (LINCOLN, 1989, p. 281).

Depois da guerra civil, Hobsbawm reivindica: “a Revolução Russa estava destinada a construir o socialismo em um país atrasado e logo destruído” (1997, p. 248). É indubitável que a economia fora arruinada, mas construir o socialismo em um tal contexto era, no mínimo, problemático. Pela tradição marxista, essa catástrofe social e econômica, ao invés de políticas impulsionadas pela ideologia, providenciou a base material para que stalinismo pudesse surgir.

Não há dúvida de que a era da Nova Política Econômica (NEP), de 1921 a 1928, testemunhou o fim de democracia soviética e do partido. Mas esse fim não foi preordenado e nem tampouco linear. Mesmo depois do julgamento dos socialistas revolucionários que tentaram organizar um golpe militar e assassinar Lenin, em 1922, membros dessa organização falaram abertamente na fábrica *Serp i Molot* (Foice e Martelo) e se candidataram para as eleições do Soviete em Moscou. Na luta das facções, em 1923, a minoria e a maioria do Comitê Central dos bolcheviques argumentaram por suas respectivas posições perante as células da fábrica. Em 1926, porém, a democracia partidária era uma fraude. A votação na *Serp i Molot* foi típica, com mais de 400 votos em favor da expulsão da minoria trotskista e somente dois contra. Contudo, a perseguição aos opositoristas e as notas anônimas à mesa mostraram que o resultado era manipulado. Das 17 notas dirigidas ao orador na reunião de expulsão, 16 foram hostis a linha do Politburo ou pediam para ouvir os opositoristas (MURPHY, 2005, cap. 5).

O amordaçamento da oposição coincidiu com a tentativa de converter a organização partidária em uma instituição que iria impor concessões econômicas e tentar disciplinar os operários.

Porém, a dissensão aberta dentro dos sindicatos durou mais tempo que a do partido. Numa conferência em 1926, um operário da *Serp i Molot* reclamou: “os administradores andam em automóveis enquanto cortam gastos às nossas custas. Eles enganam e ferram os camponeses e isso é o que se chama a *smychka* [a união entre operários e camponeses] . Mesmo em setembro de 1927, o partido não podia silenciar a dissensão fora das fileiras. Um relatório reclamou que a célula estava uma completa bagunça: A situação ideológica em nossa célula é muito ruim. Há incidentes de comunistas bêbados. Os operários atormentam os comunistas e suas atividades, mas permanecem em silêncio. Não temos nenhuma agitação individual ou de grupo .

Para historiadores que insistem em desenhar uma linha direta entre 1917 e o stalinismo, a NEP apresenta um grande problema. O que tentei ilustrar no meu estudo da fábrica *Serp i Molot* é que os ideais de 1917 eventualmente entraram em conflito com o stalinismo ascendente nas oficinas da fábrica. Porém, havia uma vida vibrante, ativa e relativamente tolerante nas fábricas que era muito diferente da coerção do primeiro Plano Quinquenal. Durante a NEP, vozes dissidentes fora das fileiras do Partido Bolchevique podiam ser ouvidas; trabalhadores podiam e praticavam abertamente a religião nas oficinas. A maioria das trabalhadoras regularmente participava de reuniões de mulheres, pois essas sessões constituíram um fórum no qual suas reivindicações eram ouvidas e encaminhadas. A maioria dos operários participava ativamente no sindicato dos metalúrgicos e justamente tinha expectativas que seus representantes iriam responder favoravelmente às suas preocupações, apresentando mais de 13 mil queixas formais em 1924 e 1925, a maioria resolvida favoravelmente aos trabalhadores. Longe de ser uma instituição do Estado usada contra a classe trabalhadora, como seria mais tarde, os próprios operários viam a organização sindical como uma fonte eficaz de poder. Tão forte era essa organização sindical em 1925 que o diretor da fábrica mais

tarde escreveu que eram deputados sindicais e não os gerentes que detinham o poder real nas oficinas (MURPHY, 2005, cap. 3).

Apesar da catástrofe econômica de sete anos de guerra, trabalhadores receberam aumentos reais de salário que aproximaram seus níveis aos do pré-guerra até por volta de 1926. Resumidamente, a evidência dos arquivos agora comprova que, durante boa parte da NEP, considerações políticas □ uma política pró-classe trabalhadora na indústria □ tiveram precedência sobre as conveniências econômicas. Diane Koenker achou evidência semelhante de forte organização sindical no seu estudo recente acerca dos trabalhadores gráficos. Conforme Koenker, os gráficos em meados da NEP tinham o controle □ em quatro áreas chaves: nas relações com supervisores, nas questões de disciplina, nos métodos de pagamento e nas consultas a respeito do processo de trabalho (2005, p. 141). Eu sugeriria que essa é uma descrição de um sistema muito diferente do capitalismo.

Também é uma avaliação de relações industriais durante a NEP muito diferente daquela que a própria Koenker reivindicou uma década atrás quando argumentou que o socialismo que emergiu com a guerra civil □ dependia do poder dos órgãos do estado □ a *tcheka* (GPU), a polícia secreta, e o campo de concentração para assegurar obediência aos seus objetivos e políticas definidas burocraticamente” (1994, p. 192). Como um teste decisivo no julgamento de uma sociedade, taxas de encarceramento, além do terror em massa, podem ser barômetros úteis, mas os especialistas estadunidenses devem refletir melhor sobre a lógica de se empregar tal medida de maneira consistente. De fato, sabemos que o novo Estado soviético encarcerou muito poucos trabalhadores e um número relativamente pequeno de seus cidadãos. Sumários da GPU de 1922 a 1928 recém publicados anotam mais de 3 mil greves, mas mencionam somente seis incidentes nos quais as autoridades prenderam grevistas. A população total da União Soviética encarcerada só superou 100 mil pessoas em 1925 com uma ínfima

minorias presa por ofensas políticas (ROGOVIN, 1993, p. 10).² No seu estudo dos *gulags* que ganhou o Premio Pulitzer, Anne Applebaum admitiu de maneira relutante que até o fim de 1927 somente 300 mil cidadãos soviéticos foram encarcerados e que presos políticos receberam um *status* privilegiado até 1925. Somente em 1930, seu *status* foi rebaixado para um nível inferior ao de criminosos comuns (APPLEBAUM, 2003, p. 20, 40, 50). O estudo mais sistemático sobre os *gulags* de Oleg Khlevniuk começa em 1929, pois, segundo observa o “ sistema penal soviético foi formado e consolidado durante os anos 1930, mais precisamente entre 1929 e 1941” (2004, p. 1).

A mais estimulante área de pesquisa acadêmica contemporânea acerca da primeira década da sociedade soviética é o estudo das minorias nacionais. Terry Martin faz o seguinte audacioso comentário a respeito: A União Soviética foi o primeiro império do mundo com políticas de ação afirmativa. O novo governo revolucionário da Rússia foi o primeiro dos estados multi-étnicos europeus a enfrentar a maré crescente de nacionalismo e responder por meio da promoção sistemática da consciência nacional de minorias étnicas (2001, p. 1). Infelizmente, ele falha ao não distinguir adequadamente o apoio nos primeiros anos do Estado soviético para nacionalidades não russas das cruéis políticas nacionais de Stalin. Sabemos que a tolerância relativa da NEP foi revertida durante o primeiro Plano Quinquenal. Nas fábricas, salários reais foram cortados pela metade, enquanto os trabalhadores foram forçados a trabalharem mais horas, comitês da fábricas que anteriormente tinham defendido seus membros foram transformados em órgãos de produtividade e a dissensão aberta foi brutalmente silenciada. Enquanto agentes do Estado prendiam trabalhadores, a arma pre-

2 Esses números estão consistentes com o Obshchestvo Memorial: Sistema ispravitel'no trudovykh lagerie v SSSR, Spravochnik, 1998: 17, que declara que havia 200,000 presos em meados de 1927. Getty e Naumoy (1999, p. 588) acharam registros que comprova que o numero anual de prisões de 1922 a 1926 foi baixo: 6.003, 4.794, 12.425, 15.995, 17.804.

ferida de Stalin contra a classe trabalhadora era, como o principal historiador do trabalho soviético, Donald Filtzer, argumentou há muito tempo, sobre o uso estratégico da comida como uma arma para coagir trabalhadores a se juntarem às várias campanhas de produtividade (1988). Graças ao estudo de Jeffery Rossman sobre os operários têxteis de Ivanovo, também sabemos que houve lugares de firme resistência à ofensiva do Estado contra a classe trabalhadora, mas essa foi a exceção ao invés da norma (2005). Relatórios do GPU altamente confidenciais que foram recentemente publicados mostram que houve bastante ódio, mas numa forma desorganizada, contra as políticas trabalhistas stalinistas que reverberaram em toda a União Soviética. O estudo sobre coletivização de Lynne Viola demonstra que a situação foi até mais volátil no campo. Só em 1930, houve 13.754 distúrbios de massa com resistência armada nos quais 2.5 milhões de camponeses lutaram intensas batalhas contra agentes do Estado enviados para organizar fazendas coletivizadas (VIOLA, 1996, p. 140).

Portanto, se analisarmos as evidências que têm surgido dos arquivos e de fontes que foram disponibilizadas há muito tempo, perceberemos a existência de uma profunda discrepância entre os dados e a direção tomada pela historiografia. *O Que Fazer?* não foi uma proclamação antidemocrática com vistas a uma organização hierarquizada, mas um documento que defendia a liberdade política e um meio prático para obtê-la. Os bolcheviques não usurparam poder, mas providenciaram uma liderança para uma revolta popular massiva que apoiou o poder soviético. A guerra civil não foi fabricada pelos bolcheviques, mas foi a continuação do conflito de classe de 1917 e somente foi escalada por causa da intervenção ativa dos poderes ocidentais. Apesar da devastação completa de sete anos de guerra e guerra civil, cidadãos soviéticos poderiam abertamente criticar o regime; tinham direito de praticar sua religião; operários continuaram a ter considerável controle nas fábricas; 700 mil mulheres participaram do movimento de mulheres

proletárias; o regime estabeleceu políticas favoráveis às minorias nacionais; e a classe camponesa foi, em grande parte, deixada em paz. Tudo isso mudou, é claro, durante o primeiro Plano Quinquenal, quando a repressão e a coerção suplantaram a tolerância e a persuasão em todos aspectos da sociedade soviética.

Muitos historiadores poderiam reconhecer alguns dos detalhes desses argumentos, porém ainda persiste, por motivos puramente ideológicos, uma resistência profunda contra a conclusão de que a sociedade soviética nesses anos era fundamentalmente diferente daquela que o stalinismo forjaria mais tarde. O novo livro didático *A History of Rússia (Uma História da Rússia)* redigido por acadêmicos da Universidade Georgetown, por exemplo, argumenta:

Em termos de efervescência cultura, houve uma divergência notável entre a NEP e as duas décadas seguintes marcadas por ações sangrentas do stalinismo (...). Porém, alguns dos horrores que iriam acontecer – farsas judiciais, campos e execuções de pessoas inocentes – já haviam sido implantados. A estrutura da sociedade soviética com o poder do partido e a ideologia já bem estabelecidas antes de Stalin conseguiu conquistar o poder pleno – e aquela ideologia objetivou a coletivização e a realização plena do socialismo e do comunismo (EVTUHOV, GOLDFRANK, HUGHES e STITES, 2006, p. 645).

Não deveria nos chocar que historiadores ocidentais estejam tentando novamente vincular Outubro ao stalinismo. A interpretação ideologicamente seletiva da era revolucionária não é casual. Mas o crescente conservadorismo da historiografia não poderia ter ocorrido sem o fracasso relativo da esquerda em conter a ofensiva. Eu sugeriria que o isolamento dos argumentos marxistas convencionais é, em parte, nossa própria culpa. O número de historiadores marxistas da Revolução Russa é reduzido – muitos de nós estão nesta sala hoje à noite. Eu proporia que nós tomemos os passos iniciais de organizar um grupo de historiadores marxistas da Revolução Rus-

sa no intuito de promover a discussão nas áreas problemáticas da revolução, mas também para desafiar as tendências dominantes no campo. Nós não podemos conceder essa história aos anticomunistas. Mas novamente não estamos começando do zero. Apoiamo-nos nos ombros de uma tradição muito rica que, apesar de 16 anos de acesso aos arquivos, ainda não foi superada pela academia.

Referencias Bibliográficas

- APPLEBAUM, Anne. *Gulag: A History*. Nova York: Anchor, 2003.
- BROUÉ, Pierre. *The German Revolution, 1917-1923*. Chicago: Haymarket, 2006.
- CLIFF, Tony. *Stalinist Russia: A Marxist Analysis*. Londres, 1955.
- CLIFF, Tony. *Lenin: Building the Party*. Londres: Pluto, 1975.
- CLIFF, Tony. *Lenin: All Power to the Soviets*. Londres: Pluto, 1976.
- CLIFF, Tony. *Lenin: Revolution Besieged*. Londres: Pluto, 1978.
- CLIFF, Tony. *Lenin: The Bolsheviks and the World Revolution*. Londres: Pluto, 1979.
- CLIFF, Tony. *Trotsky: Towards October*. Londres: Bookmarks, 1989.
- CLIFF, Tony. *Trotsky: The Sword of the Revolution*. Londres: Bookmarks, 1990.
- CLIFF, Tony. *Trotsky: Fighting the Rising Stalinist Bureaucracy*. Londres: Bookmarks, 1991.
- CLIFF, Tony. *Trotsky: The Darker the Night, the Brighter the Star*. Londres: Bookmarks, 1993.
- COHEN, Stephen. *Rethinking the Soviet Experience: Politics and History Since 1917*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- EVTUHOV, Catherine, GOLDFRANK, David Goldfrank, HUGHES, Lindsey e STITES, Richard. *A History of Russia: Peoples, Legends, Events, Forces*. Boston, Nova York: Houghton Mifflin, 2006.
- FIGES, Orlando. *A People's Tragedy, The Russian Revolution, 1891-1924*. Harmondsworth: Penguin, 1996.
- FILTZER, Donald. *Soviet Workers and Stalinist Industrialisation*. Londres: Pluto, 1988.

- FOGLESONG, David. *America's Secret War Against Bolshevism, 1917–1920*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1995.
- FONER, Philip. *The Bolshevik Revolution: Its Impact on American Radicals, Liberals and Labor*. Nova York: International Publishers, 1967.
- GETTY, J Arch e NAUMOV, Oleg. *The Road to Terror*. New Haven: Yale University, 1999.
- GUSEY, K V. *Partiia eserov*. Mysl, 1975.
- HOBBSBAWM, Eric. *The Age of Revolution, 1789–1848*. Nova York: Mentor, 1962.
- HOBBSBAWM, Eric. *The Age of Capital, 1848–1875*. Londres :Encore Editions, 1975.
- Hobsbawm, Eric. *The Age of Empire 1875–1914*. Londres: Guild Publishing, 1987.
- HOBBSBAWM, Eric. “Can We Write the History of the Russian Revolution?” In: HOBBSBAWM, Eric. *On History*. Nova York: New Press, 1997, p. 241-252.
- HOLQUIST, Peter. *Making War, Forging Revolution: Russia's Continuum of Crisis, 1914–1921*. Cambridge, MA: Harvard University, 2002.
- KENEZ, Peter. The Prosecution of Soviet History: A Critique of Richard Pipes' *The Russian Revolution*. *The Russian Review*, vol. 50, n. 3, p. 345-351, 1991.
- KHLEVNIUK, Oleg. *The History of the Gulag: From Collectivisation to the Great Terror*. New Haven, Yale University, 2004.
- KOENKER, Diane. Labor Relations in Socialist Russia: Class Values and Production Values in the Printers' Union, 1917–1921. In: SEIGELBAUM, Lewis e SUNY, Ronald (orgs.) *Making Workers Soviet: Power, Class, and Identity*. Ithaca: Cornell University, 1994, p. 159-193.
- KOENKER, Diane. *Republic of Labor: Russian Printers and Soviet Socialism, 1918-1930*. Ithaca: Cornell University, 2005.
- LIH, Lars. *Lenin Rediscovered: “What Is to Be Done?” in Context*. Leiden: Brill, 2006.
- LINCOLN, Bruce. *Red Victory: A History of the Russian Civil War*. Nova York: Da Capo, 1989.
- MANDEL, Ernest. *Trosky: A Study in the Dynamic of his Thought*. Londres: Schocken, 1979.
- MANDEL, Ernest. *From Stalinism to Eurocommunism, The Bitter Fruits of Socialism in One Country*. Londres: New Left Books, 1978.

- MANDEL, Ernest. *Trotsky as Alternative*. Londres e Nova York: Verso, 1995.
- MAROT, John. Class Conflict, Political Competition and Social Transformation. *Revolutionary Russia*. vol. 7, n.2, p. 111-163, 1994.
- MARTIN, Terry. *The Affirmative Action Empire, Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923–1939*. Ithaca: Cornell University, 2001.
- MURPHY, Kevin. *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in a Moscow Metal Factory*. Leiden: Berghahn, 2005.
- NOVICK, Peter. *That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University, 1988.
- PIPES, Richard. *The Russian Revolution*. Nova York: Vintage, 1990.
- RABINOWITCH, Alexander. *The Bolsheviks Come to Power: The Revolution of 1917 in Petrograd*. Nova York: Norton, 1976.
- RADKEY, Oliver. *Hammer Under the Sickle*. Nova York: Columbia University, 1964.
- RALEIGH, Donald. *Experiencing Russia’s Civil War: Politics, Society, and Revolutionary Culture in Saratov, 1917–1922*. Princeton, NJ: Princeton University, 2002.
- REES, John. *In Defence of October*. Londres: Bookmarks, 1997.
- ROGOVIN, Vadim Zakharovich. *Vlast’ i opozitsii*. Moscou: Terra, 1992.
- ROSSMAN, Jeffrey. *Worker Resistance Under Stalin: Class and Revolution on the Shop Floor*. Cambridge: Cambridge University, 2005.
- SERGE, Victor. *Year One of the Russian Revolution*. Londres: Bookmarks, 1992.
- SHEARER, David. *Industry, State, and Society in Stalin’s Russia, 1926-1934*. Ithaca: Cornell University, 1996.
- SMITH, S. A. *Red Petrograd: Revolution in the Factories 1917-1918*. Cambridge: Cambridge University, 1983.
- STEINBERG, Mark. *Voices of Revolution, 1917*. New Haven: Yale University, 2001.
- TROTSKY, Leon. *The History of the Russian Revolution*. Ann Arbor: University of Michigan, 1932.
- VIOLA, Lynne. *Peasant Rebels Under Stalin, Collectivisation and the Culture of Peasant Resistance*. Oxford: Oxford University, 1996.